

## Identificando uma “pedagogia do imposto” em Piketty e ampliando-a\*

*Identifying a “Tax Pedagogy” in Piketty and expanding it*

Robson Antonio Grassi\*\*

---

**Resumo:** Este artigo, a partir da análise dos dois grandes livros de Piketty (2014, 2020) sobre a questão da desigualdade, sistematiza ideias do autor que seriam úteis em busca de ampliar a aceitação do aumento da progressividade tributária junto aos mais diferentes segmentos da sociedade. Esta “pedagogia do imposto” é nítida em várias passagens do livro mais recente de Piketty, mas podemos também ampliá-la a partir de questões sobre como seriam gastos esses recursos arrecadados a mais e que são encontradas apenas no primeiro livro do autor. Conclui-se que a construção de uma pedagogia do imposto “ampliada”, ao considerar a análise do orçamento público como um todo, pode ser interessante no debate atual sobre o aumento dos impostos dos mais ricos, ainda mais em tempos de ascensão de movimentos anti-impostos.

**Palavras-chave:** Desigualdade. Progressividade tributária. Eficiência. Piketty.

**Abstract:** This article, based on the analysis of Piketty's two great books (2014 and 2020) on the issue of inequality, systematizes the author's ideas that would be useful in seeking to broaden the acceptance of increased tax progressivity among the most different segments of society. This “tax pedagogy” is clear in several passages of Piketty's most recent book, but we can also broaden it from questions about how these extra funds would be spent, found only in the author's first book. It is concluded that the construction of “extended” tax pedagogy, when considering the analysis of the public budget, can be interesting in the current debate on raising taxes on the richest, even more so in times of the rise of anti-tax movements.

**Keywords:** Inequality. Tax progressivity. Efficiency. Piketty.

**JEL:** D63. E62. H60.

---

---

\* Submissão: 21/12/2022 | Aprovação: 05/12/2023 | DOI: 10.5380/re.v45i85.89224

\*\* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil | ORCID: 0000-0003-3735-3427 | E-mail: ragrassi@uol.com.br



## 1. Introdução

O debate sobre a desigualdade é cada vez mais presente no mundo todo, e o grande impulso para sua massificação se deu após a publicação do livro seminal de Piketty (2014), que trouxe, além de evidências irrefutáveis do crescimento da desigualdade nas últimas décadas em vários países do mundo, propostas ambiciosas para pelo menos minorar seus efeitos maléficos sobre grande parte da sociedade em qualquer país.

Nota-se nos dias atuais a amplitude de análises das mais diversas áreas de conhecimento e respectivas vertentes teóricas, que tratam de um tema que em essência é multidimensional, e cuja complexidade fica ainda mais evidente no momento de se propor medidas de política pública, visando a redução dos seus efeitos mais deletérios, principalmente para a parte mais vulnerável da população. Na área de Economia, além de Piketty, podemos lembrar autores como Stiglitz (2014, 2019), Krugman (2010), Atkinson (2015), Blanchard e Rodrik (2021), Milanovic (2020) e Raworth (2019), entre muitos outros, que também têm se preocupado com o tema.

Neste contexto, a abordagem de Piketty (e dos que com ele têm trabalhado em produções acadêmicas conjuntas) se destaca pela perspectiva de longo prazo a partir de minuciosa análise histórica e pela originalidade na utilização de dados fiscais comparando vários países, o que tem representado grande contribuição ao debate. Por isso, essa abordagem pode servir de base sólida para se pensar em propostas de políticas públicas que sejam abrangentes e efetivas em busca de se minorar os crescentes indicadores de desigualdade e os efeitos negativos acima mencionados. Feitas estas considerações e buscando contribuir para o debate, o presente trabalho tem como objetivo principal, a partir da análise das propostas sobre um forte aumento da progressividade na cobrança de três tipos de imposto (herança, renda e sobre o capital) contidas nos dois grandes livros de Piketty (2014, 2020) sobre a questão da desigualdade, sistematizar opiniões do autor presentes em ambos os livros que seriam úteis com o intuito de ampliar a aceitação junto aos mais diferentes segmentos da sociedade do aumento da progressividade tributária.

Essa “pedagogia do imposto” é nítida em várias passagens do livro mais recente de Piketty, mas podemos também ampliá-la a partir de questões sobre como seriam gastos esses recursos arrecadados a mais. Ou seja, tentando ser o máximo possível fiel ao próprio autor, ser pedagógico aqui não se refere somente

a explicar por que é importante o aumento dos impostos dos mais ricos, mas também discutir como seriam gastos os recursos extras arrecadados, e algumas pistas interessantes sobre essa questão podem ser encontradas em passagens do primeiro dos livros de Piketty (e que não foram retomadas no livro seguinte). Tudo isso significa que, para ampliar seu alcance, uma pedagogia do imposto pode ser pensada no contexto do orçamento público como um todo.

Cumpridos os objetivos do artigo, conclui-se que a pedagogia do imposto ampliada pode ser interessante para a maior divulgação junto à sociedade de ideias sobre o aumento da progressividade tributária, o que é essencial para a construção de políticas públicas que visam à redução da crescente desigualdade verificada no mundo todo, debate que se tornou ainda mais urgente após eventos como a pandemia do Coronavírus e a guerra da Ucrânia e que é fundamental em países como o Brasil, uma vez que apresentam dificuldade histórica em aumentar a progressividade do seu sistema tributário.

Ainda mais em momentos como os atuais, nos quais se nota como ideias anti-impostos têm proliferado pelos mais diferentes segmentos da sociedade em vários países (ver Zanini, 2019, para o caso brasileiro). O que sem dúvida revela que aumentos substanciais na progressividade tributária, como os ocorridos na segunda metade no século passado na Europa e nos Estados Unidos, após eventos marcantes como a crise de 1929 e duas guerras mundiais, mais uma vez não serão fáceis de ocorrer. Nesse contexto, considera-se que identificar uma “pedagogia do imposto” em um autor central para o debate, como Piketty, pode também revelar um contraponto interessante nesta discussão, frente às ideias anti-impostos crescentemente notadas no debate atual, nos mais diferentes meios de comunicação.

Para cumprir seus objetivos, este texto é dividido em quatro seções, além desta introdução. A seção dois traz, segundo alguns autores, o embasamento analítico da discussão atual sobre o tema da desigualdade, entre eles Piketty (2014 e 2020). A seção três apresenta a discussão de Piketty nos seus dois livros sobre propostas de aumento dos impostos dos mais ricos, além da análise do autor sobre a necessidade de maiores níveis de eficiência no gasto público em rubricas voltadas para o combate à crescente desigualdade, encontrada apenas no primeiro livro. A seção quatro, por sua vez, apresenta as principais contribuições do artigo, identificando o que seria a “pedagogia” do imposto para o autor, além de uma

proposta para a sua ampliação por meio de discussões em torno do orçamento público como um todo. A seção cinco, por fim, expõe breves notas conclusivas sobre a discussão precedente.

## 2. O debate recente sobre a desigualdade e a contribuição de Piketty

Entre os autores que tratam com destaque do tema em questão, podemos apontar Atkinson (2015), que, no capítulo 3, analisa as causas do aumento da desigualdade nas últimas décadas, apontando fatores como a globalização, a mudança tecnológica, o crescimento dos serviços financeiros, a mudança das regras de remuneração nas empresas, a redução do papel dos sindicatos, etc.

Stiglitz (2014), por sua vez, estuda o caso dos EUA e foca sua análise na política e, mais especificamente, nas relações entre política e economia. Para ele, isso acaba revelando o caráter sistêmico e complexo do crescimento da desigualdade nas últimas décadas nesse país (e, conseqüentemente, em boa parte do mundo), incluindo fatores como a persistência da pobreza nos EUA apesar do crescimento econômico das últimas décadas; o impacto da desigualdade crescente sobre a própria eficiência da economia ao reduzir as oportunidades para grande parte da população e o próprio potencial de crescimento econômico; como os problemas dos sistemas eleitoral e jurídico americanos podem reforçar a desigualdade; os reflexos do aumento da desigualdade sobre o contrato social e a própria democracia americana; como as políticas fiscal e monetária também contribuem para o quadro de crescente desigualdade da economia americana; as crescentes atividades de *rent seeking* presentes nos EUA nas mais diversas modalidades (algumas delas com importantes impactos no orçamento público) etc.<sup>1</sup>

Nesse cenário, a originalidade do trabalho de Piketty surge do pressuposto de que apenas a perspectiva de longo prazo, a partir de ampla abordagem histórica, possibilita uma análise correta da dinâmica da desigualdade de renda, e só as fontes fiscais (os registros tributários) permitem que se tenha essa abrangência temporal. Piketty (2014) parte sua análise da conhecida desigualdade  $r > g$ , em que  $r$  é a taxa de remuneração do capital (isto é, o quanto rende, em média, o capital durante um

---

<sup>1</sup> O livro mais recente do autor sobre o tema, também centrado no caso americano, atualiza a análise encontrada na obra anterior para os anos Trump (ver Stiglitz, 2019).

ano, sob a forma de lucros, dividendos, juros, aluguéis e outras rendas do capital, em porcentagem de seu valor) e  $g$  representa a taxa de crescimento (isto é, o crescimento anual da renda e da produção).<sup>2</sup> Sob essas condições, segundo o autor, é quase inevitável que a concentração do capital atinja níveis muito altos, principalmente em épocas de baixo crescimento, como a atual.<sup>3</sup>

No tocante às formas de como a desigualdade se manifesta, Piketty analisa tanto a desigualdade de renda como também a de apropriação do capital. No primeiro caso, ao focar em exemplos dos países anglo-saxônicos, ele afirma que a nova desigualdade americana tem relação estreita com o advento de uma sociedade de “superexecutivos” e mostra que isso é inédito na história, ou seja, o mundo nunca tinha passado por essa explosão da remuneração dos altos executivos das grandes empresas, sejam elas do setor financeiro ou não (Piketty, 2014, p. 294-5).

Passando para a desigualdade na apropriação do capital, Piketty mostra que a partir dos anos 1980-1990 a desigualdade da riqueza aumentou nos países por ele estudados e argumenta que a globalização financeira dificulta a mensuração da riqueza e de sua distribuição no âmbito nacional. Para o autor, a desigualdade do capital no século XXI deverá, cada vez mais, ser considerada numa esfera mundial (2014, p. 338).

Com base na sua detalhada base de dados, Piketty mostra que nos próximos anos a desigualdade  $r > g$ , amplificada pela desigualdade do retorno do capital em função do nível inicial da fortuna, tem boas chances de conduzir a dinâmica mundial de acumulação e distribuição dos patrimônios para caminhos perigosos e espirais de desigualdade “totalmente fora de controle”. Assim, ainda segundo o autor, é provável que “um empobrecimento das classes médias suscite violentas reações políticas” (Piketty, 2014, p. 428).

As contribuições de Piketty ao debate são ampliadas no seu livro mais recente (ver Piketty, 2020), no qual o autor sugere que a obra anterior apresentava

---

<sup>2</sup> Mais detalhes sobre esta desigualdade, e de equações com ela relacionada, podem ser obtidos no próprio Piketty (2014, caps. 1 e 10, por exemplo), ou, de forma crítica, tanto em Dávila-Fernández *et al.* (2017), numa perspectiva teórica pós-keynesiana, como em Marques e Leite (2016), a partir de uma visão de cunho marxista. Nestes dois últimos trabalhos, os autores mostram como as equações do modelo de Piketty são passíveis de vários tipos de crítica, inclusive quanto ao caráter neoclássico das mesmas.

<sup>3</sup> A polêmica causada por posicionamentos como este quanto às definições de capital e categorias próximas já foi bastante explorada na literatura pertinente, e não será retomada aqui, pois não invalida os resultados obtidos pela análise empírica sobre a desigualdade de Piketty, como reconhecido inclusive em alguns destes trabalhos. Para maiores detalhes sobre críticas aos conceitos usados por Piketty, ver, por exemplo, Dávila-Fernández *et al.* (2017) e Marques e Leite (2016).

duas limitações que precisavam ser superadas, tanto o foco exclusivo no Ocidente quanto as limitações no trato da evolução político-ideológica ao longo da história, relacionada às desigualdades e à redistribuição.

Essas limitações são superadas, sem dúvida, com a inclusão dos exemplos de países como Brasil, Índia e China (não abordados na obra anterior), além da descrição panorâmica da evolução histórica das ideologias que justificaram ao longo dos tempos os mais diferentes regimes de desigualdade (inclusive o atual, centrado em uma noção no mínimo questionável de “meritocracia”), e a utilização de recursos como pesquisas pós-eleitorais, que permitem mostrar em detalhes como os mais pobres não têm encontrado, nas últimas décadas, representação de suas demandas nos sistemas políticos dos mais diversos países (principalmente a partir da atuação do que ele chama de “esquerda brâmane” e “direita mercantilista”), com a permanente instabilidade política que daí resulta para os mais diversos países no mundo atual.<sup>4</sup>

### **3. As propostas de dois livros de Piketty para a redução da desigualdade, o aumento dos impostos dos mais ricos e a racionalização dos gastos do estado**

#### **3.1 As propostas de Piketty em *O Capital no Século XXI* para a redução da desigualdade e a racionalização dos gastos do Estado**

Tão ampla quanto a literatura sobre desigualdade é a sobre a proposição de medidas de políticas públicas voltadas para a sua redução, buscando mitigar pelo menos seus efeitos mais negativos. Além dos livros de Piketty (2014, 2020), podemos lembrar autores como Stiglitz (2014, 2019), Atkinson (2015), Milanovic (2020) e Raworth (2019), que em uma ou mais partes de seus trabalhos se dedicam também à proposição de medidas de políticas públicas.

Além do aumento dos impostos sobre a renda e o patrimônio dos mais ricos, central em autores como Piketty (como veremos a seguir), pode-se mencionar um vasto repertório de medidas que aparecem nos trabalhos destes autores, como o aprimoramento das políticas antitruste e de regulação dos mais variados setores; o estabelecimento de políticas que visem maior equilíbrio no relacionamento entre trabalho e capital (salário mínimo, redução da jornada de trabalho, funcionamento

---

<sup>4</sup> A definição de “socialismo participativo” e noções sobre a ampliação da “circulação do capital”, também novidades presentes no novo livro, serão comentadas apenas na seção 3 deste artigo, pela sua relação direta com a proposição de políticas públicas.

dos sindicatos, controle dos supersalários nas grandes corporações, aprimoramento dos modelos atuais de cogestão etc.); as voltadas para o meio ambiente, que apresentam forte impacto sobre a desigualdade e vão muito além de medidas tributárias como a taxaçoão do carbono; as relacionadas com o aprimoramento dos sistemas eleitorais e políticos, em busca da contenção do crescente poder econômico e político de certa parte da elite; as voltadas para a busca de um processo de globalização mais justo etc.

Alguns estudiosos são mais ambiciosos e detalhistas quando passam à proposta de medidas, e outros são mais comedidos. No primeiro caso, podemos mencionar Stiglitz (2014). Neste livro, o autor, após sua ampla descrição da desigualdade na sociedade americana, apresenta também um detalhado cardápio de medidas de política pública, dos mais diferentes tipos, necessárias para reduzir os impactos maléficor decorrentes dos crescentes níveis de desigualdade neste país. Passando às medidas, presentes no capítulo 10 do livro, elas vão desde melhorar o acesso à educação (p. 364) e à saúde (p. 365), até controlar a globalização (p. 366). Passando à política macroeconômica, Stiglitz propõe políticas orçamentária e monetária para buscar o pleno emprego (p. 368), e, dentro da tradição keynesiana que segue, uma agenda de crescimento baseada no investimento público (p. 372).

Também são propostas medidas para conter os excessos do setor financeiro, e, neste caso, específicas para o funcionamento do setor nos EUA, a partir de problemas evidenciados na grande crise de 2008 (p. 358-59). Propõe também uma lei de concorrência mais forte, voltada para a regulação de vários setores dominados por poucas empresas (p. 359), e o maior controle de “dávivas estatais” na disposição de bens públicos para setores poderosos, que representam transferência pura de riqueza (p. 360-61). E o controle do grande volume de subsídios escondidos para grandes empresas (p. 361). São incluídas também neste conjunto de medidas o maior controle quanto ao *rent seeking* das seguradoras e da indústria farmacêutica (p. 365) e a preservação mais efetiva do ambiente no que se refere às atividades poluidoras (p. 373).

Por fim, no que se refere à questão da tributação, Stiglitz propõe criar um sistema tributário mais progressivo sobre os rendimentos individuais e os lucros das empresas, com menos lacunas jurídicas (p. 363). E que o imposto do topo deveria ser superior a 50%, e plausivelmente superior a 70% (p. 363). Além disso,

no que se refere às grandes propriedades, propõe a criação de um sistema de imposto sobre heranças mais eficazmente aplicado, para prevenir a criação de uma nova “oligarquia” e mesmo de uma nova “plutocracia” (p. 363).

Neste contexto, nota-se facilmente que não é o forte da abordagem de Piketty (2014) apresentar um conjunto articulado de medidas para o combate à desigualdade, o que seria interessante para o debate, dada a originalidade de sua contribuição analítica e o fato deste tema representar grande desafio para as políticas públicas no mundo atual. Estando entre os autores mais comedidos quanto a esta questão, poucas propostas são apresentadas no livro, e, de forma dispersa. Por isso, podemos juntá-las e classificá-las em dois grupos: as relacionadas diretamente com o aumento dos impostos dos mais ricos, e outras, menos comentadas no debate, relacionadas com a racionalização dos gastos públicos.

No primeiro caso, já é bem conhecido na literatura especializada que Piketty apresenta propostas para três tipos de impostos: para o imposto progressivo sobre a renda, para o imposto progressivo sobre as heranças e, por fim, para o imposto progressivo sobre o capital. Conforme o autor, “na realidade, esses três impostos progressivos desempenham papéis distintos e complementares e constituem, a meu ver, os três componentes essenciais de um sistema fiscal ideal” (Piketty, 2014, p. 511).

No caso específico do imposto de renda, Piketty chega a falar em “taxas confiscatórias” para o topo da hierarquia das rendas, o que “é não somente possível, mas ainda a única maneira de conter os grandes aumentos de salários observados no topo das grandes empresas” (Piketty, 2014, p. 499). O autor chega a propor taxas acima de 80%, lembrando que isso dependeria de cooperação internacional.

Porém, a grande novidade nas propostas de Piketty sobre tributação reside na criação de um imposto sobre o capital. O objetivo é a criação de um imposto anual e progressivo arrecadado sobre o capital individual, ou seja, sobre o valor líquido dos ativos controlados por cada pessoa (2014, p. 502), que incluiria ativos financeiros e não financeiros e que seria de caráter mundial. Por fim, o autor reconhece que sua proposta desta modalidade de imposto ainda é uma utopia, mas uma “utopia útil” (2014, p. 501).

O papel principal do imposto sobre o capital não seria financiar o Estado social (embora possa atingir arrecadação substancial mesmo com alíquotas

baixas)<sup>5</sup>, mas regular o capitalismo. Esta função regulatória incluiria permitir um objetivo de transparência democrática e financeira sobre os patrimônios e os ativos detidos pelos indivíduos em escala internacional (2014, p. 504), a partir de mecanismos como a transmissão automática de informações bancárias (2014, p. 502), além de um maior controle, por meio do FMI, dos paraísos fiscais (2014, p. 505). De qualquer forma, a implementação desse novo tipo de imposto sobre o capital (principalmente o financeiro) exigiria um alto grau de cooperação internacional e de integração política regional, o que revela seu caráter ainda utópico nos dias atuais.

O outro grupo de propostas de Piketty (2014), menos debatido na literatura pertinente, se refere à necessária reorganização do Estado para exercer plenamente seu papel de redutor das desigualdades nas atuais economias capitalistas. Nas palavras do autor, estas propostas se referem ao “papel do poder público na produção e distribuição das riquezas e na construção de um Estado social adaptado ao século XXI” (Piketty, 2014, p. 459).<sup>6</sup>

Constatando que o desenvolvimento do Estado fiscal ao longo do último século corresponde, em essência, à constituição de um Estado social (2014, p. 466), que inclui abrangentes despesas públicas com saúde e educação mais as rendas de substituição e de transferência (em grande parte constituídas por aposentadorias) (2014, p. 465), Piketty considera que o grande desafio atual é renovar e modernizar de maneira profunda e permanente os sistemas de arrecadações e gastos deste Estado, “que atingiram um grau de complexidade que, por vezes, ameaça gravemente sua inteligibilidade e sua eficácia social e econômica” (Piketty, 2014, p. 462).

Assim, para o autor, o grande salto à frente do Estado já se deu: não haverá um segundo, ou pelo menos não sob a forma atual (2014, p. 464), pois ao atingir certa proporção, o setor público apresenta sérios problemas de organização (2014, p. 470). Ao que parece, Piketty, neste ponto, argumenta que o aumento de impostos

---

<sup>5</sup> É interessante notar o contraste em relação ao novo livro de Piketty (2020), quando as taxas para esse imposto passam também a ser “confiscatórias”, conforme veremos, como meio fundamental para a busca do “socialismo participativo”.

<sup>6</sup> É importante lembrar, desde logo, que não há nada parecido aqui com o que será apresentado a seguir em Piketty (2020). Este ponto é importante ser lembrado, não somente pelo fato desta característica da análise de Piketty (2014) ser pouco considerada no debate sobre desigualdade, mas também por representar grande mudança de orientação do autor no que se refere à sua visão sobre a desigualdade, entre um livro e outro, o que se reflete nitidamente também na proposição de políticas públicas.

para financiar o combate à desigualdade tem limites, inclusive porque o crescimento da produtividade e da própria economia como um todo já não se parecem com o verificado em grande parte do século passado. No máximo ocorreria “leve” aumento na tributação para financiar despesas crescentes com saúde e educação (2014, p. 469),<sup>7</sup> o que significaria apostar no aumento da progressividade tributária, mas sempre combinado de algum grau de racionalização dos gastos para atingir esses objetivos.

Então, o que fazer, a partir de agora, para buscarmos a redução da desigualdade? As passagens acima mostram de forma inequívoca que, para Piketty, além do aumento da progressividade tributária, que requer muita negociação política para ser alcançada, o outro lado da moeda também é fundamental: melhorar a organização e o funcionamento do setor público, que representa hoje em muitos países metade da renda nacional, “o que já seria um grande trabalho” (Piketty, 2014, p. 470).<sup>8</sup>

Este artigo considera que afirmações como as acima apresentadas não colocam Piketty no grupo dos proponentes do “Estado mínimo”. Isto se levarmos em conta afirmações do autor como a seguinte: “podemos imaginar o desenvolvimento de novos modos de organização descentralizados e participativos, formas inovadoras de governança, permitindo *estruturar de maneira eficaz um setor público muito mais amplo do que o atual*” (Piketty, 2014, p. 470, grifos meus).

Estes “novos modos” se relacionam com o fato de que, para Piketty, o setor público não se refere somente ao Estado. Por exemplo, nas áreas de educação e saúde, sabe-se que existe grande diversidade de estruturas jurídicas, incluindo muitas formas de gestão entre Estado e iniciativa privada. Ou seja, vivemos num sistema de “economia mista” e se não nos interrogarmos continuamente sobre como tornar nossos serviços cada vez mais adaptados às necessidades públicas, então o consenso em torno desse alto nível de arrecadação e, assim, do Estado Social, deixará de existir (2014, p. 471).

---

<sup>7</sup> No novo livro ficará claro também que o aumento da carga tributária não seria tão “leve”, inclusive para fazer frente a novos tipos de gastos que o autor enfatiza a importância, como renda básica e dotação de capital para os mais jovens.

<sup>8</sup> O que incluiria a resposta a perguntas como as seguintes: como melhorar o funcionamento de hospitais e creches? O que mudar no pagamento dos honorários médicos? Como reformar as universidades? (p. 471).

As afirmações de Piketty mostram claramente que não há intenção de redução do tamanho do Estado. Pelo contrário, há ampliação dos seus serviços, mas levando em conta que esta ampliação pode requerer outras formas de prestação dos serviços públicos, inclusive de forma inovadora, que permitam também a utilização de outras estruturas jurídicas alternativas ao Estado mais tradicional. Apesar de Piketty não mencionar este termo, parece que está propondo neste ponto a utilização destas outras formas de governança como *benchmarking* para a busca de maiores níveis de eficiência na prestação dos serviços conjuntamente com a ampliação da população atendida, por parte do serviço público tradicional.

### **3.2 Um resumo das propostas de políticas públicas presentes em *Capital e Ideologia* e a busca por uma reforma profunda no sistema tributário**

No seu livro mais recente, Piketty amplia o alcance de suas propostas de políticas públicas e as reúne, ao contrário do livro anterior, em um único capítulo (o 17), o que facilita seu entendimento por parte do leitor. Podemos então passar à apresentação das propostas contidas nesse capítulo, buscando separar e identificar o conteúdo que se refere especificamente ao objeto de estudo do artigo, a questão da tributação e, juntamente com ela, algumas questões orçamentárias. As propostas contidas em Piketty (2020) podem ser divididas em dois grupos principais apresentados a seguir.

Em primeiro lugar, propostas que vão além do orçamento público, como as voltadas para o regime de propriedade social temporária nas empresas, focado na participação direta dos assalariados no seu processo de tomada de decisões, significando uma reforma nos sistemas atuais de cogestão dentro das empresas; uma nova forma de organização da globalização e da fronteira, em busca de justiça social, tributária e climática, em busca da democracia transnacional; e um conjunto de propostas relacionadas com o sistema político e eleitoral, notadamente com o financiamento da vida política e da democracia eleitoral. Fugiria aos objetivos do presente artigo uma análise detalhada destes temas, embora não se possa em nenhum momento negar sua importância.

Em segundo lugar, dois tipos de propostas de alguma forma voltadas para a tributação e o orçamento público e que nos interessam mais diretamente:

1. Em busca de um regime de propriedade social temporária, em substituição à propriedade privada permanente, o estabelecimento de um imposto fortemente progressivo sobre a propriedade, principalmente sobre as grandes fortunas, permitindo financiar uma dotação universal de capital e a organização da circulação permanente de bens e da riqueza; 2. Um sistema de imposto progressivo sobre a renda e de regulamentação coletiva das emissões de carbono que permita financiar a proteção social e a renda básica, a transição ecológica e a adoção de um verdadeiro direito igualitário à educação.

Para o pleno entendimento destes dois tipos de propostas, é necessário previamente estabelecer como se daria a abrangente e profunda reforma no sistema tributário proposta por Piketty no novo livro, inclusive em termos das alíquotas propostas. É o que faremos agora, lembrando que, em continuidade com o livro anterior, mais uma vez o autor afirma que, considerado em seu conjunto, o sistema tributário da sociedade justa consistiria em três grandes impostos progressivos: um imposto progressivo anual sobre a propriedade, um sobre a herança e outro sobre a renda (ver Piketty, 2020, p. 831). No entanto, pelo menos duas observações importantes e esclarecedoras devem ser feitas, antes de continuarmos.

Em primeiro lugar, como o próprio autor afirma, a parte mais inovadora das propostas apresentadas se refere ao imposto progressivo anual sobre a propriedade, as tarifas seriam bem mais pesadas para os patrimônios mais elevados, ao contrário do que foi proposto no livro anterior. Ou seja, para os bilionários, a alíquota de 90% representaria dividir, de imediato, seu patrimônio por dez e reduzir a participação dos bilionários no patrimônio total a um nível inferior ao do período compreendido entre 1950 e 1980 (2020, p. 835).

Em segundo lugar, podemos ressaltar que, no livro de 2020, apesar de Piketty não relacionar mais o imposto sobre a propriedade com alguma “utopia útil”, como no primeiro livro, agora, a partir da sua ideia de construção do “socialismo participativo”, ele o relaciona diretamente à “circulação do capital”, inclusive com a utilização de alíquotas elevadas para atingir tal objetivo.<sup>9</sup> Este

---

<sup>9</sup> Quando propõe o “socialismo participativo”, Piketty (2020, cap. 17) deixa clara a sua diferença em relação tanto à extinta experiência soviética como ao atual sistema econômico chinês. Dentro da tradição mais ampla do que denomina “socialismo democrático”, o autor sem dúvida está pensando no capitalismo de linhagem social-democrata praticado na Europa e EUA durante os “trinta anos gloriosos” do século XX. Neste sentido, o “socialismo participativo” teria em comum com esta última experiência histórica a propriedade privada como um de seus pilares, mas se diferenciaria pelo fato de buscar uma redução ainda

contraste com o livro anterior é interessante, pois, como visto neste escrito, Piketty pensava no imposto sobre a propriedade mais como um mecanismo regulatório para aumentar a transparência democrática e financeira dos patrimônios e, por isso, com cobrança de alíquotas menores do que as propostas no novo livro. Agora, por outro lado, todos os três tipos principais de impostos considerados por Piketty teriam alíquotas praticamente confiscatórias, inclusive com dois deles (herança e propriedade), tendo relação direta com a “circulação de capital” e sua “propriedade temporária”.

Feitas estas observações, podemos passar à estrutura tributária proposta por Piketty. A tabela 17.1 do livro e sua explicação nas páginas seguintes são centrais para sua argumentação, uma vez que detalham como esses tipos de impostos seriam distribuídos em busca de uma proposta profunda de reforma do sistema tributário dos mais diversos países, lembrando que Piketty ressalta que os elementos quantificados na referida tabela possuem valor apenas ilustrativo (2020, p. 832). Assim, o sistema tributário proposto na tabela 17.1 resumidamente compreenderia:<sup>10</sup>

- Um imposto progressivo sobre a propriedade (imposto anual sobre a propriedade juntamente com o imposto sobre heranças), que financiaria uma dotação de capital a cada jovem adulto (arrecadando um total de 5% da renda nacional). Especificando melhor, no sistema aqui proposto, o imposto anual sobre a propriedade representaria 4% da renda nacional, e o imposto sobre a herança representaria 1%, gerando um total de 5% sobre a renda nacional (p. 1020).

- Um imposto progressivo sobre a renda (incluindo as contribuições sociais e a alíquota progressiva sobre as emissões de carbono),<sup>11</sup> compreendendo em torno de 45% da renda nacional, que financiaria a renda básica e o Estado de bem-estar social e ecológico (saúde, educação, aposentadorias, seguro-desemprego, energia etc.). Especificando melhor, esse percentual seria assim decomposto: uma parte para financiar a renda básica anual, num montante de 5% da renda nacional, e a

---

mais drástica da concentração da propriedade, a partir do aumento da “circulação de capital” proporcionado principalmente pelo imposto progressivo sobre a propriedade com alíquotas altamente confiscatórias.

<sup>10</sup> É importante lembrar, neste ponto Piketty propõe substituir os impostos indiretos, altamente regressivos, por impostos somente progressivos como os mencionados acima. Mesmo que no longo prazo (p. 1019).

<sup>11</sup> Piketty inclui também o imposto sobre os lucros das empresas no sistema de imposto progressivo sobre a renda, pois é vantajoso que esses dois impostos sejam analisados em conjunto. Para ele, é crucial conservar uma tributação direta no nível das empresas (p. 1025), embora não mostre maiores detalhes de como isso seria feito, inclusive em termos de alíquotas que seriam cobradas.

outra para o Estado do bem-estar social e ecológico, a partir de um montante de 40% da renda nacional (2020, p. 832).

Portanto, o total dos impostos equivaleria a 50% da renda nacional. Esse total serviria tanto para financiar a “circulação do capital” quanto o Estado do bem-estar social e ecológico e a renda básica, como visto.

Do exposto até aqui nesta seção, fica confirmada a centralidade do aumento dos impostos dos mais ricos (de três tipos) como proposta de política pública mais conhecida de Piketty nos seus dois livros aqui comentados, mas com algumas qualificações importantes.

Em primeiro lugar, no livro mais recente as propostas de políticas são expandidas (para itens como renda básica, dotação de capital para jovens adultos etc.), significando também um total de impostos que chegaria a até 50% da renda nacional, o que não estava claro no primeiro livro. Tudo isso em busca de se chegar ao “socialismo participativo”, a partir da ampliação do papel que teria o imposto progressivo sobre o capital no sistema tributário.

Porém, além disso, uma constatação de fundamental importância para os objetivos deste artigo é que, em Piketty (2014), aparece de forma nítida uma preocupação com a totalidade do orçamento público (até por causa dos freios ao aumento de impostos lá mencionados, como visto), considerando-se também a busca por maior eficiência nos gastos do Governo, tema pouco presente no debate sobre a obra do autor e que não é retomado pelo próprio Piketty no seu livro mais recente.

Por isso, conforme a análise acima, podemos afirmar que um próximo passo analítico deveria ser uma comparação criteriosa das medidas de política pública dos dois livros de Piketty (até mesmo com a construção de um quadro geral), e o ideal é que venha a ser realizada pelo próprio autor. Enquanto isso não ocorre, podemos afirmar que, apesar da base parecida nos tipos de impostos, as medidas de política dos dois livros nitidamente se diferenciam na amplitude e alcance das mesmas, no grau de progressividade fiscal proposto no caso do imposto sobre a propriedade, e nos limites para o aumento de tal progressividade, que parecem ter alguns freios no primeiro livro, mas não aparecem de forma clara no livro recente, quando o autor chega a propor inclusive o “socialismo participativo”.

Evidentemente fugiria aos objetivos do presente artigo o detalhamento dessas importantes questões, que surgem como sugestão de pesquisas futuras. No entanto, podemos afirmar, a partir do que foi apresentado, que a visão mais abrangente do lado do gasto no orçamento público, que aparece de forma nítida em Piketty (2014), significa que a “pedagogia do imposto” que identificaremos na seção seguinte deste artigo, a partir de passagens do livro mais recente do autor, pode ser “ampliada” através de questões sobre este mesmo orçamento presentes apenas no primeiro livro.

#### **4. Identificando uma “pedagogia do imposto” em Piketty e ampliando-a**

##### **4.1 Identificando inicialmente uma “pedagogia do imposto” em *Capital e Ideologia***

Sabemos que aumentos substanciais de impostos não costumam ser aceitos facilmente pelos mais diversos setores da sociedade, principalmente pelas camadas de renda mais alta. Isso ocorreu no século XX, como mostrado por Piketty em seus dois livros, naquela que é considerada exatamente a fase mais progressista do capitalismo representada pelos seus “trinta anos gloriosos”, mas em condições muito especiais, após vários eventos marcantes lembrados pelo autor.

Nas últimas décadas, principalmente após a ascensão de governos como os de R. Reagan (EUA) e M. Thatcher (Reino Unido), na virada dos anos 70 para os 80, a situação mudou radicalmente. Muitos trabalhos têm documentado e comentado a dificuldade atual em aumentar os impostos dos mais ricos, a partir de análises que vão da exposição de dificuldades políticas e eleitorais até o exame minucioso dos sistemas tributários e de como têm sido alterados para beneficiar sistematicamente os mais ricos. Podemos citar como exemplos os trabalhos de Elsässer *et al.* (2023) e de Fastenrath *et al.* (2022), mais voltados para a análise de sistemas eleitorais na Europa, e o livro de Saez e Zucman (2019), que explicita como o sistema tributário americano, considerado o mais progressivo do mundo em vários momentos do século passado, chegou à situação atual de redução drástica da progressividade, constatada em detalhes pelos autores.

Pensando em como aumentar novamente a progressividade tributária, a princípio sem a necessidade de se esperar por eventos mais radicais, esta seção busca colaborar para o debate explorando um pouco uma interessante sugestão de Piketty (2020), que aparece de forma pouco desenvolvida no capítulo de propostas

de políticas públicas deste livro do autor (o 17) e que pode apontar para justificativas em busca do aumento dos impostos dos mais ricos em um contexto a princípio diferente daquele do século passado.

Essa inspiradora ideia surge no livro de 2020 do autor, quando da discussão sobre a dotação de capital para os mais jovens (que seria baseada nos impostos sobre a herança e sobre a propriedade), em uma nota de rodapé voltada para a distinção desses dois tipos de impostos, na qual se lê:

Em particular, mesmo que o imposto sobre a herança jamais tenha a mesma importância do imposto anual sobre a propriedade, e tenha uma *pedagogia* e uma transparência específicas, é natural pensar na tendência de aumentos no futuro, tendo em vista o crescente peso da herança no patrimônio total ao longo das décadas recentes (Piketty, 2020, p. 1020, grifo meu).

Embora o autor não apresente uma proposta específica do que seja tal “pedagogia”,<sup>12</sup> podemos elencar passagens importantes do referido capítulo e mesmo de outras partes do livro que mostram, em conjunto, o que seria esta “pedagogia do imposto”, e que, encadeadas, podem ser importantes para desenvolver uma argumentação abalizada acerca da inadiável necessidade de aumento da progressividade tributária nos mais diferentes países, em busca da urgente redução dos seus indicadores de desigualdade.

Interessa-nos, então, mostrar que, se os níveis de desigualdade atuais, como todos ao longo da história, apresentam forte componente político e ideológico, como mostrado em detalhes por Piketty (2020), o que inclusive tem justificado a redução dos impostos de empresas e dos mais ricos nas últimas décadas, alguma ideia relacionada diretamente com a busca pelo aumento da progressividade tributária pode ser um contraponto interessante neste debate, e uma “pedagogia do imposto” mostra-se bastante útil neste sentido.

1) Podemos começar uma proposta com esse objetivo partindo de uma ideia básica e até óbvia, relacionada com o fato de que os mais ricos poderiam aceitar a ampliação dos níveis de sua tributação assumindo que a construção da própria riqueza (ou da riqueza herdada) seria também um reconhecimento da sociedade pelo seu esforço (ou dos antepassados), e que, por consequência, essa mesma

---

<sup>12</sup> Neste ponto, gostaria de agradecer ao parecerista anônimo de uma qualificada revista da área de Economia, que, na análise de outro trabalho sobre Piketty e progressividade fiscal a ela submetido, me lembrou da importância deste ponto ainda pouco comentado no debate a respeito do livro de 2020 do autor.

sociedade, em certo momento, precisará de uma parte da riqueza criada de volta, a partir da progressividade fiscal, para garantir que outros tenham condições mínimas de também prosperar. Inclusive porque, na construção dessa mesma riqueza, os mais ricos contaram em muitas situações com a infraestrutura pública (educação, saúde, investimentos em C,T&I etc.) e também com o acesso a subsídios, isenções tributárias, condições facilitadas de crédito, etc.<sup>13</sup> Nas palavras do autor:

O acúmulo de bens é sempre fruto de um processo social que depende, sobretudo, de infraestruturas públicas (em particular do sistema jurídico, tributário e educacional), da divisão do trabalho social e dos conhecimentos acumulados pela humanidade há séculos. Nessas condições, é perfeitamente lógico que as pessoas que acumularam posses patrimoniais importantes entreguem uma fração todo ano à comunidade, e assim a propriedade se torne temporária e não mais permanente (Piketty, 2020, p. 837)<sup>14</sup>.

2) No mesmo parágrafo, e de forma bastante resumida, Piketty lembra um segundo aspecto importante que deve fazer parte da pedagogia do imposto: o fato de que a experiência do século XX demonstrou que uma “fortíssima progressividade tributária” pode conviver com crescimento rápido e ao mesmo tempo com a busca pela redução da desigualdade (2020, p. 837).

Em outra parte do livro, porém, o autor detalha melhor esta comparação entre o capitalismo atual e o de décadas atrás. Partindo da constatação de que a forte redução das desigualdades nos EUA e na Europa no século XX foi impulsionada por duas guerras mundiais, pela revolução bolchevique de 1917 e pela crise de 1929 (2020, p. 39), Piketty afirma que o crescimento tanto dos EUA

---

<sup>13</sup> Dados estes fatos, consideramos que o termo “confiscatório”, utilizado por Piketty em algumas passagens dos seus dois livros para se referir a alíquotas mais altas de impostos, não tem caráter “pedagógico”. Isso se observarmos que nos dicionários confisco costuma estar associado a algum tipo de punição, por exemplo. Assim, na visão sobre a tributação aqui desenvolvida, uma alíquota alta não deve significar punição, e sim retorno para a sociedade, uma compensação por algum serviço prestado, um gasto que permitiu aos mais ricos prosperarem, e que, sem ele, provavelmente não teriam alcançado o mesmo sucesso que obtiveram nos negócios e na vida de forma geral.

<sup>14</sup> Em entrevistas para divulgação do novo livro, Piketty acabou ressaltando essa característica de uma pedagogia do imposto, mesmo que não fosse sua intenção inicial. Perguntado se era proprietário, e, como afirmou ser, se gostaria de pagar imposto sobre fortuna, respondeu que sim, pois “quando você escreve um livro como *O Capital no Século XXI*, que vendeu 2,5 milhões de exemplares, isso não significa que seja mil vezes melhor do que aqueles que vendem 2.500 exemplares. Em parte, é a sorte. E me beneficie das ideias de colegas e do sistema educacional francês. É uma ilustração perfeita de que as rendas e a propriedade sempre têm origens sociais. Nós não inventamos tudo sozinhos. A partir do momento em que alguém obtém uma renda alta, ele se beneficiou de muitas outras pessoas. Minha experiência confirmou minhas convicções” (ver Proponho..., 2019).

quanto da Europa foi maior durante o período igualitário de 1950-1980 do que no período posterior, caracterizado pela elevação das desigualdades, o que levanta sérias dúvidas quanto à utilidade social de tal elevação (2020, p. 34). Ou seja, as alíquotas de impostos em muitos casos superiores a 80%, aplicadas durante meio século, não parecem ter causado a destruição do capitalismo americano (2020, p. 40), uma vez que o processo de desenvolvimento econômico continuou seguindo seu curso. Com isso, afirma-se que o aumento da produtividade nos EUA e no Reino Unido foi, na verdade, sensivelmente mais elevado no período 1950-1990 do que nos anos 1990-2020, o que lança sérias dúvidas sobre as virtudes dinamizadoras da redução das alíquotas tributárias máximas (2020, p. 42). Além disso, nota-se que as últimas décadas mostraram que a extrema desigualdade patrimonial não necessariamente traz crescimento mais alto para a maioria da população, muito pelo contrário (2020, p. 827).

Por isso, essa pequena comparação entre duas fases do capitalismo evidencia como o debate histórico é fundamental, inclusive pedagogicamente, para se avançar no combate à desigualdade, e, neste ponto, o trabalho de Piketty tem se mostrado fundamental.

3) Um terceiro ponto importante para a pedagogia do imposto refere-se à transparência sobre quem deve pagar mais ou menos impostos, enfatizando-se as faixas de isenção para as classes de renda mais baixas, o que aumentaria fortemente o apoio de grande parte da sociedade às medidas relacionadas com o aumento de impostos. Uma dificuldade importante para a difusão dessa ideia junto a esta mesma sociedade refere-se à impopularidade do imposto sobre a herança, explicada, segundo Piketty, por uma percepção de que seu ônus é maior do que realmente é e por uma legítima preocupação de pequenos e médios proprietários de que seus herdeiros, sem liquidez, precisem vender o imóvel herdado para honrar os impostos devidos (2020, p. 829).<sup>15</sup> Assim, identificar esse caráter impopular e os meios de como minorá-lo é também importante em termos pedagógicos, porque um repúdio a um imposto, ou a vários deles, pode minar a legitimidade do sistema tributário.

Nesse mesmo contexto, seria importante também divulgar para a sociedade por que o imposto sobre a herança não é ideal para fortunas recém-constituídas

---

<sup>15</sup> Este ponto também é lembrado por Kerstenetzky e Waltenberg (2020).

(embora continue tendo papel relevante em outras situações), necessitando ser complementado por um imposto anual sobre a propriedade, que, na proposta de Piketty, pode taxar também os ativos financeiros, ao contrário dos impostos sobre a propriedade atualmente existentes (em países como França e Estados Unidos, por exemplo).

Lembrando que, apesar das limitações apontadas pelo autor, estes últimos sempre permitiram arrecadar mais do que o imposto sobre heranças e são menos populares do que ele (2020, p. 829), significando que há grande possibilidade de um imposto progressivo sobre a propriedade, quando reformulado e ampliado, se mostrar plenamente efetivo para taxar ativos dos mais ricos que têm sido pouco gravados, inclusive quanto à aceitação da *exit tax* que o deve acompanhar.<sup>16</sup>

Além da ampla divulgação junto à sociedade sobre a importância de várias questões tributárias que as medidas acima relacionadas com a transparência significariam, Piketty (2020, cap. 17) avança na mesma seara até no que se refere à própria lei máxima de cada país, quando propõe inserir nas Constituições o princípio de que a carga tributária das altas rendas nunca seja proporcionalmente inferior (de preferência superior) à das rendas mais baixas, e, ao mesmo tempo, a obrigação de publicação anual dos montantes de tributos realmente pagos por todos os tipos de contribuintes, dos mais pobres aos mais ricos.

Resumindo sobre o exposto até aqui, podemos dizer que os três pontos levantados a partir do que seria a “pedagogia do imposto” em Piketty, ainda que necessitem de maior reflexão e aprofundamento futuros, apontam para debates que indicam que aumentar os impostos dos mais ricos pode ao mesmo tempo 1) significar justiça na cobrança, 2) sem sacrificar a eficiência da economia, e, além disso, 3) ser feito com transparência em busca de maior aceitação dos diferentes segmentos da sociedade, inclusive das próprias camadas mais ricas da população. Para efeito de sistematização, todas estas ideias estarão sumarizadas no Quadro 1 a seguir.

---

<sup>16</sup> Sobre esta última, proposta em países como os Estados Unidos para se coibir a saída de capitais que buscam evitar o pagamento de impostos, Piketty também é bastante esclarecedor quando afirma que “a *exit tax* se justifica pelo fato de não haver qualquer direito natural de alguém enriquecer aproveitando-se do sistema coletivo, legal, educacional, etc., de um dado país e dele extrair riqueza sem desembolsar uma parte, mesmo que mínima” (Piketty, 2020, p. 1023).

#### **4.2 Elementos para uma “pedagogia do imposto” ampliada em Piketty, a partir do livro *O Capital no Século XXI***

Consideramos que a “pedagogia” acima apresentada pode ser ampliada e se tornar mais efetiva se, além da necessidade de aumentar a progressividade tributária, ficarem claras também questões importantes sobre a destinação dos recursos arrecadados a mais. Temos, então, que ampliar a pedagogia do imposto proposta e olhar também para o lado dos gastos no orçamento público, e, neste ponto, pelo menos duas questões abordadas por Piketty (2014) são essenciais: Com qual grau de eficiência e racionalidade seriam alocados os novos recursos? E em quais áreas prioritárias?

Essas perguntas apontam a discussão para os limites que sempre existem no aumento da progressividade tributária, em qualquer época, como ressaltado por Piketty (2014), e para a possibilidade de que os maiores níveis de impostos e, conseqüentemente, do papel do Estado na economia possam ser mais facilmente aceitos se os mais ricos (que evidentemente seriam chamados a desembolsar maiores recursos nesta situação) souberem de alguma forma como os novos recursos seriam gastos, ou seja, se notarem, como “contrapartida”, os resultados claros (e até imediatos) que podem surgir destes aumentos de seus impostos. Passando à busca por respostas para as duas perguntas acima:

1) No caso da primeira pergunta, podemos voltar ao próprio autor, que, como visto na seção anterior, no livro de 2014, já associava aumento de impostos dos mais ricos com a racionalização de gastos em setores como saúde e educação, dando a entender que o aumento da progressividade tributária tem que ser acompanhado de maior eficiência no gasto público, inclusive sobre o gasto voltado para atividades diretamente relacionadas com a redução das desigualdades, como as mencionadas. Além disso, esse tipo de análise simplesmente desapareceu em Piketty (2020), mas isso não impede de ser relacionado com a sua “pedagogia do imposto” identificada neste último livro, inclusive ampliando-a.

Sabendo-se que atividades como saúde e educação já ocupam grande espaço no orçamento de qualquer país ou região, o aumento de impostos que visam à ampliação dos seus serviços (com qualidade) levaria em conta que tal medida pode requerer outras formas de prestação dos serviços públicos, inclusive de forma inovadora, que permitam também a utilização de diferentes estruturas jurídicas alternativas ao Estado mais tradicional. Tudo isso para buscar maiores níveis de eficiência na prestação dos serviços por parte do Estado, sempre em busca da plena

igualdade de oportunidades para todos. Ou seja, tem caráter pedagógico também a clareza na exposição sobre como serão gastos os novos recursos arrecadados, quais os requisitos de eficiência adotados, com possível maior aceitação do aumento da progressividade tributária por parte de quem pagaria mais impostos.

2) Mas não basta somente focar no cuidado com o gasto. É necessário também estabelecer *a priori* em quais atividades os novos recursos arrecadados seriam aplicados, para ficar evidente para os mais amplos setores da sociedade a preocupação das políticas públicas com a questão do foco do gasto público na busca pela redução da desigualdade, o que seria importante para a maior aceitação do aumento da progressividade tributária.

Assim, se atividades como educação, saúde, infraestrutura, minoração dos efeitos da mudança ambiental, atividades de C,T&I etc. surgem como fortes candidatas a receberem os novos recursos arrecadados, pode ser que em algumas situações seja “necessário fazer escolhas entre os diferentes tipos de necessidade, e não existe uma razão óbvia para que a arrecadação pública devesse levar a cabo o financiamento de quase todas as necessidades” (Piketty, 2014, p. 469).

Como este ponto, apesar da grande importância, não é detalhado por Piketty, podemos comentar brevemente o que seriam suas implicações em termos de formulação de políticas públicas, considerando a necessidade de se estabelecer critérios de escolha das atividades a serem priorizadas, que não são lembrados pelo autor. Os avanços analíticos residiriam em itens como a definição do percentual que ocupariam no orçamento público a partir de análises de custo-benefício, com a utilização de avaliações de impacto, cálculo de multiplicadores, etc. E sempre lembrando a necessidade de que tais critérios sejam divulgados à sociedade como requisito fundamental para sua participação no processo decisório e para a necessária transparência no processo.

Para ilustrar a importância desse ponto com um caso concreto, podemos passar para uma situação que surgiu recentemente em um grande jornal brasileiro, a partir de um artigo escrito pelo empresário Oded Grajew, também muito conhecido pela intensa atuação no terceiro setor, nas últimas décadas, e que é esclarecedor em termos de divulgação para a sociedade sobre como pode surgir a vinculação do aumento dos impostos ao incremento de algum tipo de gasto essencial.

No artigo, Grajew (2020) afirma que, quando questionada se aceitaria pagar imposto sobre grandes fortunas, a empresária Luiza Helena Trajano afirma que

não gostaria de pagá-lo, pois teme que o dinheiro seja usado de forma indiscriminada e ineficaz pelo Governo. Ainda segundo o autor, ela é a favor de distribuir recursos, mas desde que tivesse controle sobre seu destino, garantindo que fossem bem empregados.

Então, surge daí a proposta de Grajew para a empresária: que encampe a ideia de taxar a fortuna dos mais ricos. Os recursos arrecadados com esse imposto seriam integralmente destinados a um programa que garanta uma renda mínima para os brasileiros e brasileiras mais pobres. O programa teria um conselho, com a participação da sociedade, incluindo Luiza Helena e alguns outros milionários brasileiros, que fiscalizaria a correta aplicação dos recursos e atenderia, desta forma, à preocupação da referida empresária sobre a necessidade de se garantir o uso adequado deste imposto.

Sem analisar a factibilidade ou não desta proposta no presente momento, consideramos que é pedagógica pela discussão que provoca e por vincular o aumento dos impostos dos mais ricos com a forma de como seriam gastos, como aqui proposto, o que poderia aumentar a aceitação de maior progressividade fiscal junto aos setores da sociedade inicialmente refratários a ela, sempre a partir da busca pela eficiência no gasto público.<sup>17</sup>

Em resumo, o que foi descrito acima nesta seção significaria que, além de fatores relacionados à justiça, à eficiência e à transparência na cobrança de impostos, vistos anteriormente a partir de Piketty (2020), haveria agora a ampliação de tal pedagogia, incluindo tanto requisitos sobre como seriam gastos os recursos a mais quanto em quais atividades, pontos mencionados (embora não detalhados) no livro de 2014 do autor.

Por fim, podemos afirmar que a ampliação da pedagogia do imposto acima mostrada significaria caminharmos rumo a uma verdadeira “pedagogia do orçamento público”, que teria grande potencial de divulgação para a sociedade sobre como ele funciona na sua totalidade, e cuja pedagogia ampliada não seria somente para explicar aos mais ricos como os novos recursos seriam gastos, mas também para dizer como os que mais precisam seriam beneficiados, significando

---

<sup>17</sup> Incluir dispêndios com educação na Constituição, como proposto por Piketty (2020), parece caminhar nesta direção, de se definir como seriam gastos os novos recursos obtidos com o aumento da progressividade tributária. Isso significa colocar na mesma Constituição explicitamente a progressividade tributária, de um lado (como visto anteriormente), e uma importante rubrica do lado do gasto, a educação, de outro, rumo a uma pedagogia do imposto realmente ampliada.

o máximo de transparência na sua execução. Ou seja, ampliar a pedagogia do imposto de Piketty rumo a uma pedagogia do orçamento, além de conciliar propostas de políticas públicas contidas nos dois livros do autor aqui analisados, significaria também expandir o essencial entendimento da sociedade sobre o orçamento público como um todo, tanto pelo lado das receitas quanto dos gastos.

Podemos, portanto, resumir toda a discussão vista até aqui sobre pedagogia do imposto, de forma ampliada, a seguir, no Quadro 1:

### **Quadro 1 – Síntese da pedagogia do imposto (ampliada) a partir de piketty**

Identificando a pedagogia do imposto
1) Os mais ricos têm que pagar proporcionalmente mais impostos, visto que se beneficiaram do sistema legal, educacional, de C,T&I, etc. para construir sua riqueza, e, por consequência, a sociedade precisa de uma parte destes recursos de volta, para que outras pessoas tenham a mesma chance de prosperar.
2) Ao contrário do que possa parecer, já foram pagas altíssimas alíquotas de vários impostos, e, mesmo assim, os países se desenvolveram, aumentaram substancialmente a produtividade ao mesmo tempo em que se reduziam drasticamente os indicadores de desigualdade.
3) Há necessidade de maior transparência na explicação quanto a quem paga e quem não paga os diferentes tipos de impostos e quanto às alíquotas de quem paga mais e quem paga menos (ou é até isento), com esclarecimentos divulgados de forma ampla para todos os segmentos da sociedade.
Ampliando a pedagogia do imposto (contrapartidas)
1) Necessidade de se explicar como seriam gastos, no que se refere aos melhores requisitos de eficiência, os novos recursos arrecadados a partir do aumento, principalmente, dos impostos dos mais ricos. Ou seja, os maiores níveis de impostos e do papel do Estado na economia podem ser mais facilmente aceitos se ocorrerem, na necessária ampliação dos serviços públicos, outras formas de prestação dos mesmos que permitam também a utilização de diferentes estruturas jurídicas alternativas ao Estado tradicional, sempre buscando o atendimento com qualidade do maior público possível.
2) Necessidade de se explicar em quais áreas prioritárias seriam gastos os novos recursos arrecadados a partir do aumento dos impostos dos mais ricos, e quais os critérios de escolha. Podendo, inclusive, haver algum grau de vinculação destes novos recursos a atividades específicas voltadas para a redução da desigualdade, o que também poderia ampliar a aceitação de maior progressividade fiscal por parte de quem teria seus impostos aumentados.

Fonte: elaboração própria.

### **4.3 Comentários sobre o Quadro 1**

Cumpridos os principais objetivos deste artigo, podemos dizer que o Quadro 1 é ainda preliminar, podendo ser aperfeiçoado e até ampliado, dado que

é inspirado em partes selecionadas dos dois livros de Piketty, necessitando de maior nível de reflexão teórica e analítica em busca de que a pedagogia do imposto proposta se apresente ao debate público de forma mais efetiva. Por isso, alguns comentários a seguir serão esclarecedores para o pleno entendimento do que foi proposto, e em busca de uma agenda de pesquisas para futuros desenvolvimentos, que avance decisivamente em informar aos mais diversos segmentos da sociedade sobre a importância de se aumentar a progressividade tributária.

1) Um primeiro ponto a ser lembrado surge do fato de que, apesar da contribuição significativa para a análise da desigualdade, nunca esteve entre os objetivos de Piketty a proposição detalhada de medidas de política pública para imediata aplicação à realidade, mesmo no seu livro mais recente, onde as propostas são mais amplas.

Como mostrado no presente trabalho, esta constatação não é difícil de ser verificada, uma vez que o próprio autor afirma que aquela que é talvez a principal e mais inovadora medida sugerida no livro de 2014, a criação de um imposto progressivo anual sobre a propriedade, nas suas palavras, é ainda uma “utopia útil”. Não ficam muito longe desta afirmação do autor propostas sobre a “circulação do capital” presentes no segundo livro, principalmente a de taxar até 90% o patrimônio dos mais ricos em busca de se construir o “socialismo participativo”.

É evidente que o aprofundamento da pedagogia do imposto aqui proposta se beneficiaria enormemente da elaboração de medidas que, além de mais detalhadas, fossem em alguns casos de aplicabilidade mais imediata (e, portanto, menos “utópicas”), mas não se pode esquecer que o surgimento de um conjunto mais robusto de propostas a partir de Piketty é dificultado pela pouca compatibilidade entre algumas das medidas apresentadas nos dois livros, como apontamos anteriormente. Neste sentido, a pedagogia do imposto aqui descrita já se mostra uma tentativa de conciliação (mesmo que parcial) entre o conjunto de propostas dos dois livros.

2) É importante considerar, por um lado, os componentes políticos que qualquer proposta de redução da desigualdade apresenta, e isso é muito lembrado por Piketty, principalmente no livro de 2020. Por outro lado, tem que ficar claro que o autor, apesar do aumento substancial de impostos dos mais ricos que sempre propõe, em nenhum momento apresenta uma estratégia política para atingir tal objetivo.

Talvez fosse exagerado exigir tal estratégia, que delimitasse, por exemplo, o ritmo das mudanças por ele propostas. Isso fugiria dos objetivos dos seus livros aqui analisados, mesmo que saibamos que aumentos substanciais de impostos são difíceis de implementar, e, como lembrado pelo próprio Piketty, a História nos mostra que o aumento substancial da progressividade tributária, conquistada no século XX, somente surgiu após eventos como as duas guerras mundiais, o surgimento do socialismo na URSS e a depressão de 1929.

Por tudo isso, tem que ficar claro que, na falta de uma estratégia política explícita na análise do autor, não pode ser esquecido que faltam a ele

melhores argumentos para a defesa da redução da desigualdade e para torná-la mais convincente para o próprio capital. Para isso, seria necessário fazer uma melhor discussão sobre o papel que ao Estado cabe no sistema e as políticas que deve ofertar principalmente para as camadas menos favorecidas da população, visando amortecer os conflitos sociais e impedir que o sistema entre em ebulição, comprometendo sua reprodução (Oliveira, 2021, p. 443).

Ou seja, para autores como Oliveira, não bastaria apenas esperar que argumentos de justiça social convençam os mais ricos da importância da proposta de Piketty, mas sim reforçar a ideia do novo caos que pode se instaurar nos mais diferentes países, repetindo o ocorrido no século passado, o que contribuiria para acelerar a adoção de políticas inclusivas por parte dos governantes, e, com isso, permitindo ao sistema manter, minimamente, a coesão social.

Nesse contexto, perguntas como as seguintes devem fazer parte do debate no âmbito da busca pelo aprofundamento da pedagogia do imposto: se as classes muito ricas acessam saúde e educação por meio de serviços privados, por que haveriam de compartilhar o objetivo de melhorar a qualidade e cobertura dos sistemas de saúde e educação públicos? Além disso, se saúde e educação são áreas óbvias para maiores níveis de investimento, o que ocorreria se outras áreas entendidas como prioritárias pelas classes de menor renda, por um lado, e pelas de maior renda e riqueza, por outro, não coincidiram? Como seriam arbitrados os conflitos? Neste caso a tributação mais elevada somente seria aplicada se passasse pelo aval das classes mais ricas? São perguntas que precisam ser debatidas em busca de respostas, para que a pedagogia aqui proposta se amplie.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Agradeço a um parecerista anônimo desta revista pela importante sugestão de discussão destas questões.

Frente à tradicional resistência de setores da elite ao aumento de impostos dos mais ricos, e em um momento no qual fatalmente o aumento de impostos já é uma medida essencial para, por exemplo, se fazer frente aos gastos governamentais que aumentaram após a recente pandemia do Coronavírus<sup>19</sup>, a “pedagogia do imposto” proposta no Quadro 1, a partir dos dois livros de Piketty, pode, sem se buscar respostas para as perguntas acima, representar apenas uma tentativa otimista de se atingir a “conciliação de classes” obtida nos anos gloriosos do capitalismo do século XX, mas agora sem a ocorrência prévia dos referidos eventos extremos, o que realmente é pouco provável.

A ampliação da pedagogia do imposto, a partir do debate acima sugerido, pode ser importante para evitar uma situação parecida com aquela vivida na primeira metade do século XX, e isso em um momento no qual, como previsto pelo próprio Piketty (2014 e 2020) e já evidenciado pelo crescimento recente de propostas políticas extremistas ao redor do mundo, tal discussão se revela um interessante e urgente tema de pesquisas, inclusive no sentido de se ampliar a análise original do próprio Piketty quanto a estas questões.

3) Em terceiro lugar, e diretamente relacionado ao ponto anterior, por também residir na seara política (e ideológica), temos a crescente influência dos diversos tipos de movimentos anti-impostos existentes atualmente no mundo, inclusive no Brasil, cuja presença no debate público podemos considerar uma espécie de “pedagogia” diametralmente oposta à proposta neste artigo.

É importante ressaltar que, por questões de espaço, não está entre os objetivos destas linhas expor em detalhes as ideias e o funcionamento desses movimentos, que sem dúvida merecem estudos acadêmicos que avaliem seu real impacto na sociedade, mas apenas apontar algumas evidências de seu grande crescimento nos últimos anos. E mostrando o caráter oposto à pedagogia aqui

---

<sup>19</sup> Neste caso específico, nota-se em vários países, desde o início da pandemia, em 2020, a ampliação do papel do Estado com o surgimento de medidas de política pública como o reforço nos sistemas de saúde, aumento de investimentos governamentais (em C,T&I, infraestrutura, aceleração da mudança para a economia de baixo carbono etc.), criação ou ampliação de mecanismos de renda mínima, e algum aumento da progressividade tributária (embora ainda pequeno). Tais medidas, evidentemente, ainda são muito tímidas se comparadas ao que aconteceu com os EUA e a Europa durante os “trinta anos gloriosos” do século XX, como relatado por Piketty (2014, 2020).

defendida, quando, além de propor o enxugamento radical dos gastos do Estado, chegam a pregar que “imposto é roubo”.<sup>20</sup>

Tal crescimento permite discordarmos de autores como Kerstenetzky e Waltenberg:

Na esteira de desinformação ou manipulação, movimentos anti-impostos emergem, como, por exemplo, o liderado pelo Tea Party nos Estados Unidos, ou pela FIESP no Brasil, com ações como o ‘impostômetro’ ou o ‘dia sem impostos’. Mesmo assim, não se pode dizer que se configurem em fenômeno de massa, sendo possivelmente percebidos como revolta da elite (Kertenetzky; Waltenberg, 2020, p. 12).

Qualificando um pouco melhor o que seria esta “revolta” da elite notada pelos autores, se pensarmos no caso de um país como os EUA, nota-se que ao mesmo tempo em que uma parcela da mesma aceitaria pagar maiores alíquotas de impostos (ver Por Que..., 2017),<sup>21</sup> por outro lado, outro segmento desta mesma elite, mais articulado politicamente (ver Leonard, 2019, prefácio), tem defendido a redução do papel do Estado e dos impostos de uma forma muito mais efetiva politicamente.<sup>22</sup>

No entanto, tem que ser lembrado que esta discussão não fica restrita somente aos setores da elite, pois tem se espalhado por vários outros segmentos da sociedade. No caso específico do Brasil, evidências podem ser encontradas na atuação de diversas instituições voltadas para a divulgação de ideias liberais, que surgiram e/ou ampliaram suas atividades nos últimos anos. É o caso do conteúdo presente em sites de institutos como o Millenium (<https://www.institutomillenium.org.br>) e o Mises Brasil

---

<sup>20</sup> Uma simples busca no Google com esta frase confirma o que estamos falando. Embora, até como reação, a frase contrária, afirmando que “imposto não é roubo”, também seja muito discutida neste verdadeiro tribunal de opiniões em que se transformou a internet, não resta dúvida que a primeira afirmação apresenta uma estrutura maior de divulgação junto ao grande público, como veremos a seguir.

<sup>21</sup> Neste contexto, é muito conhecida a frase do grande investidor americano Warren Buffett, reconhecendo que, proporcionalmente, “pago muito menos impostos que minha secretária”.

<sup>22</sup> É interessante notar como neste livro o autor mostra que, ao mesmo tempo em que o grande grupo empresarial americano estudado na obra apoia iniciativas que divulguem mensagens a respeito da redução dos impostos e do papel do Estado (inclusive financiando ao redor do mundo movimentos políticos e *think tanks* com este objetivo), também é favorecido por diversos tipos de regulamentações e subsídios do Governo americano. Sem negar que a história de sucesso empresarial relatada tenha na origem muito trabalho e talento empresarial, podemos dizer também que atividades puramente de *rent seeking* contribuíram para o êxito do grupo, e o autor mostra inclusive como a referida trajetória empresarial explica muito do espírito e do funcionamento do atual capitalismo americano, onde tais atividades que beneficiam apenas grupos restritos são “endêmicas”, como lembrado por Stiglitz (2014, 2019).

(<https://www.mises.org.br>), diretamente ligados a uma elite que, ao contrário de segmentos da americana, não inclui uma parte visível que proponha aumento de impostos dos mais ricos.<sup>23</sup> Também se nota pregações anti-impostos com muita frequência nos vários tipos de redes sociais (como nos canais do YouTube de influenciadores digitais, em alguns casos com centenas de milhares de seguidores), em diversos tipos de eventos no mundo empresarial e, mais recentemente, na atuação de alguns de seus proponentes mais radicais que chegaram a ocupar cargos importantes no Governo Federal na gestão Jair Bolsonaro (sobre pontos como estes, ver Zanini, 2019).

Portanto, não é difícil verificar que ideias anti-impostos contam com uma estrutura de divulgação cada vez mais ampla, e toda a evidência acima reunida permite concluir que esta “desinformação ou manipulação”, apontada por Kerstenetzky e Waltenberg (2020), se ainda não chega a ser fenômeno de massa, seguramente também não está mais restrita somente à elite, como afirmaram os autores. Ela tem se espalhado por outros segmentos da sociedade, ao contar com estrutura ostensiva para propagação de suas ideias e propostas, principalmente nos meios digitais (indo muito além do debate meramente acadêmico). Como questões para pesquisas futuras, seria interessante entender melhor quais segmentos da sociedade (além da elite) são realmente influenciados por este ideário, o que os levam a acreditar nele, como se propaga pela sociedade e como influencia a atuação política dos referidos segmentos.

Por fim, a “pedagogia do imposto” que mapeamos a partir de passagens de Piketty (2014 e 2020) ainda tem um importante caminho para percorrer, em busca de se fortalecer aumentando substancialmente seu potencial analítico, inclusive com o objetivo de oferecer uma alternativa completamente oposta às teses anti-impostos. Buscaria, a partir daí, popularizar e esclarecer os mais diversos segmentos da sociedade no debate público, incluindo parte da elite com grande influência política, mas, sobretudo, as classes de renda mais baixa, que são as mais

---

<sup>23</sup> Entre as poucas exceções, podemos citar o caso do empresário Sergio Zimmerman, CEO da Petz, uma das maiores redes de atendimento a animais de estimação do Brasil, com 220 lojas e mais de 7.000 colaboradores. Ele afirma que, proporcionalmente, “pago menos imposto que um caixa de supermercado”, e que isso é um entrave ao desenvolvimento do país. Ainda segundo o empresário, o não aumento da progressividade tributária, decorrente de uma visão voltada apenas para o curto prazo, contribui para o fosso social brasileiro, e com isso “os mais ricos acabam vivendo em bolhas, repletas de carros blindados e condomínios fechados com seguranças armados na porta” (ver Xingado..., 2023).

interessadas na questão, na tentativa de se obter maiores níveis de progressividade tributária.

Neste ponto, a convergência com o item 2 acima exposto é muito clara. Em termos políticos, esta pedagogia seria posicionada principalmente como uma forma de ampliar o convencimento das classes de renda mais baixa de que é justo e necessário que os ricos paguem mais impostos, contribuindo para aumentar o engajamento destas classes em exigir dos governos e parlamentos que levem à frente propostas de progressividade tributária.

4) Em último lugar, mas não menos importante, não poderíamos deixar de comentar brevemente o caso peculiar do Brasil, não desenvolvido no artigo apenas por questões de espaço. O país conseguiu avançar nas últimas décadas em várias questões importantes para a redução dos indicadores de desigualdade (entre os maiores do mundo), principalmente após a promulgação da Constituição de 1988, mas continua caracterizado pela grande regressão na cobrança de impostos, que tende a punir desproporcionalmente os mais pobres, o que contribui decisivamente para o aumento da desigualdade de renda e riqueza brasileiras.

Mais do que nunca, portanto, e como tema essencial para pesquisas futuras a partir dos pontos 2 e 3 acima, é necessário se falar de “pedagogia do imposto” no Brasil, frente à histórica dificuldade do Congresso Nacional e de todo o sistema político e jurídico brasileiro de tornar nosso sistema tributário mais progressivo, inclusive como alternativa a ideias anti-impostos como as acima mencionadas, que, como visto, têm ganhado muito destaque nos mais variados canais de divulgação locais.

## 5. Notas conclusivas

Como demonstrado por Piketty e por outros autores que tratam do tema, a desigualdade vem crescendo nas últimas décadas e nos mais diferentes países. Seus efeitos sobre o sistema político e sobre o tecido social já se fazem sentir de forma clara há vários anos, principalmente depois da grande crise econômica gerada no setor de hipotecas *subprime* americano, em 2008, que se espalhou por todo o mundo, e de eventos políticos mais recentes, como a votação do Brexit no Reino Unido e a ascensão à presidência dos EUA de um político extremista como Donald Trump, fatos ocorridos em 2016. Piketty mesmo afirmou que:

a tomada de consciência dos limites do capitalismo global desregulado acelerou desde a crise financeira de 2008, em virtude dos desafios apresentados pelo crescimento histórico da desigualdade, pela rejeição à globalização e pela expansão de novas formas de cunho identitário (Piketty, 2020, p. 873).

Não resta dúvida de que afirmações como esta colocam esse autor no mesmo patamar de preocupação e urgência de Keynes, quando falava em “salvar o capitalismo de si mesmo”, lembrado por Stiglitz (2019), na última frase de seu mais recente livro sobre desigualdade.

Nesse contexto, podemos dizer que a sistematização da “pedagogia do imposto” ampliada, mesmo que ainda em caráter preliminar, contribui para tornar as ideias de Piketty sobre a desigualdade, sobretudo algumas de suas proposições de políticas públicas voltadas para a progressividade tributária, mais facilmente divulgáveis junto à sociedade, em um tema cuja urgência do debate propositivo é cada vez mais nítida, como já estava claro antes de eventos marcantes como a pandemia do Coronavírus e a guerra entre Ucrânia e Rússia.

Isso não é uma tarefa simples, pois o próprio Piketty afirma que a desigualdade é questão política e ideológica, cujo debate avançará quanto mais estiver presente no campo da batalha das ideias e quanto mais a sociedade estiver engajada em tal debate. Nas palavras do autor, “a economia está no cerne da política; é algo que não se delega, como tampouco se delega a democracia” (Piketty, 2020, p. 23).

Este artigo, portanto, procurou contribuir para o debate e sua difusão, sistematizando evidências de que aumentos de impostos podem ser justos, não reduzir a eficiência da economia e ao mesmo tempo serem feitos de forma transparente e com contrapartidas claras por parte das autoridades governamentais, revelando um lado mais “mobilizador” da opinião pública que pode ser extraído das análises do autor e, com isso, apresentando à sociedade um interessante contraponto político aos movimentos anti-impostos que crescem em vários países do mundo atualmente, inclusive no Brasil.

## Referências

ATKINSON, A. B. *Desigualdade: o que pode ser feito?* São Paulo: Leya Editora, 2015.

BLANCHARD, O.; RODRIK, D. (edits.) *Combating Inequality: Rethinking Government's Role*. Cambridge: MIT Press, 2021.

DÁVILA-FERNÁNDEZ, M. J.; OREIRO, J. L.; PUNZO, L. F.; BIMONTE, S. Capital in the Twenty-First Century: Reinterpreting the fundamental contradiction of capitalism. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 40, n. 2, p. 168-182, 2017.

ELSÄSSER, L.; FASTENRATH, F.; REHM, M. Making the rich pay? Social democracy and wealth taxation in Europe in the aftermath of the great financial crisis. *European Political Science Review*, v. 15, n. 2, p. 194-213, 2023. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/european-political-science-review/article/making-the-rich-pay-social-democracy-and-wealth-taxation-in-europe-in-the-aftermath-of-the-great-financial-crisis/32825D10355D0499D31B2C248584C5DB>.

FASTENRATH, F.; MARX, P.; TRUGER, A.; VITT, H. Why is it so difficult to tax the rich? Evidence from German policy-makers. *Journal of European Public Policy*, v. 29, n. 5, p. 767-786, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13501763.2021.1992484?scroll=top&needAccess=true&role=tab>.

GRAJEW, O. Uma proposta para Luiza Helena Trajano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Seção Opinião, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/11/uma-proposta-para-luiza-helena-trajano.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2020.

KERSTENETZKY, C.; WALTENBERG, F. Piketty 2.0, impostos progressivos e reforma tributária no Brasil pós-coronavírus. *CEDE – Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento*, Texto para discussão nº 150, 2020.

KRUGMAN, P. *A consciência de um liberal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

LEONARD, C. *Kochland: The Secret History of Koch Industries and Corporate Power in America*. New York: Simon & Schuster, 2019.

MARQUES, R. M.; LEITE, M. G. Notas críticas sobre O Capital no Século XXI de Thomas Piketty. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 4, p. 684-703, 2016.

MILANOVIC, B. *Capitalismo sem rivais: O futuro do sistema que domina o mundo*. São Paulo: Todavia, 2020.

OLIVEIRA, F. A. Piketty e as desigualdades no capitalismo: colocando alguns pingos nos is na análise de “O capital no século XXI”. *Economia e Sociedade*, v. 30, n. 2 (72), p. 415-445, 2021

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, T. *Capital e ideologia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

POR QUE mais de 400 multimilionários nos EUA não querem pagar menos impostos. BBC News Brasil, 15 novembro 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41997632>. Acesso em: 18 fev. 2020.

PROPONHO um imposto que permita dar 120.000 euros a todo mundo aos 25 anos. El País, 24 nov. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/economia/1574426613\\_189002.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/economia/1574426613_189002.html). Acesso em: 28 abr. 2020.

RAWORTH, K. *Economia Donut: Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

SAEZ, E.; ZUCMAN, G. *The Triumph of Injustice: How the Rich Dodge Taxes and How to Make Them Pay*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2019.

STIGLITZ, J. E. *People, Power and Profits: Progressive Capitalism for an Age of Discontent*. Nova York/Londres: W. W. Norton & Company, 2019.

STIGLITZ, J. E. *O preço da desigualdade*. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

XINGADO de petista, CEO da Petz quer que os ricos paguem mais impostos. Ecoa UOL, 11 maio 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/05/11/chamado-de-comunista-ceo-da-petz-defende-distribuicao-de-renda-mais-justa.htm>. Acesso em: 02 jun. 2023.

ZANINI, F. Quem são os libertários e anarcocapitalistas, que pregam o fim do Estado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 ago. 2019, Ilustríssima. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/08/quem-sao-os-libertarios-e-anarcocapitalistas-que-pregam-o-fim-do-estado.shtml>. Acesso em: 04 abr. 2021.